

Atalado ajustado

**FÓRUM EM DEFESA DOS DIREITOS INDÍGENAS
REUNIÃO DIA 19 DE SETEMBRO**

Participaram: CIMI, COIAB, INESC, MPF e FRENTE PARLAMENTAR

INFORMES

1 – O MPF acionou o Ministério da Justiça para obter informações sobre as terras indígenas com procedimento demarcatório paralisado. Aguardamos resposta.

2 – A Secretaria do Fórum continua cobrando da Presidência da Funai a lista das 160 terras indígenas anunciadas pelo Mércio Gomes

3 – O Marco Paulo comunicou a decisão de não acompanhar mais, diretamente, as reuniões do FDDI. A decisão baseia-se na necessidade do MPF de voltar mais ao seu papel de fiscal, com ações mais institucionais do que políticas, as quais cabem mais ao Fórum. No entanto, os compromissos já assumidos, principalmente com relação ao levantamento de Terras Indígenas, serão preenchidos, conforme o calendário estabelecido. Espera-se de todas as formas dar seqüência à parceria em torno de ações tipo promover audiências públicas com autoridades envolvidas com a questão indígena.

4 – Raposa Serra do Sol

Perante os atos de violência cometidos contra comunidades da Raposa Serra do Sol, em Roraima, entendemos que o Fórum deveria se manifestar. Nesse sentido decidiu-se produzir uma nota nas quais deve se exigir medidas de segurança pública junto a autoridades como Ministério da Justiça e MPF.

5 – A Áurea Lúcia informa que na sua ausência, caso seja preciso, podemos procurar no Gabinete da Senadora Fátima Cleide o companheiro Ronald, que embora esteja mais voltado para assuntos relacionados com a educação tem muita sensibilidade para a questão indígena.

AVALIAÇÃO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL DE POLÍTICA INDIGENISTA

1 – Na avaliação das lideranças indígenas que participaram da reunião do GTI, segundo Gersem Luciano, o que resultou da reunião foi insignificante. Além de não atender as nossas expectativas, particularmente com relação à composição da Comissão, os encaminhamentos praticamente desembocam no fortalecimento da FUNAI. A Comissão, de acordo com a proposta, ficaria assim: 12 Governo, com voz e voto, e um voto de minerva; 22 não governo (10 índios e 02 entidades indigenistas com voz e voto, e outros 10 índios só com voz).

A questão é se embarcamos ou não nessa perspectiva, ou partimos para montar a nossa estratégia de investir esforços no fortalecimento da articulação nacional do movimento indígena e chegar fortes ao Abril Indígena de 2006.

Chamou a atenção o fato do presidente da FUNAI se comportar como “muito cavalheiro”, aparentemente bem mais flexível. Porém, aparentemente a tática adotada foi tirar o Mércio de foco e deixar o representante da Casa Civil, Celso Corrêa, como ponto de tensão com o movimento indígena. Este mostrou-se totalmente sem habilidade e incompetente no papel de interlocutor do governo com as lideranças indígenas; desrespeitou grosseiramente as lideranças.

O GTI chegou com um posicionamento fechado, enfatizando que a proposta relacionada com a composição era uma decisão de governo, e que qualquer medida de política ou ação indigenista necessariamente deve buscar o fortalecimento do órgão indigenista. A primeira proposta era de 12 governo e 12 indígenas. Perante a discordância das lideranças, tanto com relação aos índios como das entidades parceiras, o representante do MEC levantou, como o apoio do representante do IPEA, a proposta descrita no início deste relatório.

Perante essas evidências, as lideranças decidiram não entrar nesse barco, ou seja abandonar a negociação com o governo.

Para o colegiado, o resultado foi de fato insatisfatório. É inadmissível que 10 pessoas cheguem a um GT a falar em nome de mais de 700 mil índios, a não ser que isto esteja condicionado à criação de mecanismos que garantam processos de consulta às bases, como forma de dar suporte aos membros indígenas do GT.

O Colegiado, sem se contrapor à avaliação e decisão das lideranças, tentou observar outros elementos.

Com todas as dificuldades, na avaliação das entidades, houve alguns ganhos, embora os mesmos possam, mais na frente, não dar em nada.

1 – Nunca houve na história da relação Governo e Movimento Indígena um momento como este, no qual os povos indígenas conseguem um espaço de intervenção no processo de construção da política indigenista.

2 – Foi considerado precipitado decidir pela ruptura com o Governo. Durante a reunião do GTI as lideranças não fizeram nenhuma ressalva que justificasse rever a posição. Houve, por outra parte, falhas na preparação para o embate. Na própria reunião poderia ter se agido com mais determinação, requerendo algum tempo para decidir sobre a proposta do Governo, sustentando a proposta do movimento indígena com argumentos consistentes, evitando entrar no esquema do desrespeito e das provocações.

O rompimento pode caracterizar-se como unilateral. Na avaliação do governo pode constar que o FDDI e o movimento indígena primeiro cobraram, depois mudaram de posição, responsabilizando-os pelo fracasso da negociação. Por isso é preciso buscar sair evitando qualquer tipo de desgaste. “Não sair queimando a ponte conquistada”.

Por outra parte, não podemos ter a expectativa de que vamos mudar a política indigenista apenas nesse espaço. Há outras instâncias de interlocução, a luta vai além de um GTI, inclusive de uma comissão.

3 – Contudo, é preciso registrar que se obtiveram outros ganhos. Se conseguiu, por exemplo, a incorporação de propostas do movimento indígena no que diz respeito às atribuições e a aceitação da inclusão de entidades indigenistas na comissão.

Sair agora seria apressado. Poderia se sair com um ganho maior, para se voltar a uma questão mais interna, ao investimento na formação política, capacitação e fortalecimento do movimento indígena nacional.

Nesse sentido, o Fórum propõe:

1 – Não esperar que o GTI encaminhe para o FDDI a redação final da Proposta de Comissão Nacional Indigenista (prevista para sexta-feira).

2 – Encaminhar urgentemente correspondência ao GTI, com a seguinte mensagem:

Exmo Senhor Presidente
do Grupo de Trabalho sobre Política Indigenista do Governo Federal
Dr Mércio Gomes
Presidente da Fundação Nacional do Índio

Senhor Presidente,

Após a conclusão da reunião do GTI sobre Política Indigenista no último dia 16 de setembro, as lideranças indígenas indicadas pelo Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas, (FDDI) reuniram-se na tarde deste mesmo dia 16 de setembro e após consultar outras lideranças indígenas, concluíram avaliação na qual consideraram que a proposta de Comissão Nacional de Política Indigenista aprovada na ocasião, principalmente no que diz respeito à composição desta Comissão Nacional, necessita ser objeto de nova e mais aprofundada reflexão, por consideraram que não atende substancialmente às demandas apresentadas ao governo pelo movimento indígena desde a Mobilização Indígena Nacional, no mês de abril, e que a composição tanto governamental, como indígena e indigenista não reflete a real necessidade de interlocução e articulação na instância em discussão.

Diante desta percepção, as lideranças indígenas, por intermédio da Secretaria Executiva do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) e com o apoio das entidades indigenistas que integram o FDDI, esperando contar com a compreensão da Presidência e dos membros deste GTI, solicitam a realização de uma outra reunião entre este GTI e as lideranças indígenas, assegurando-se a participação de representantes de entidades indigenistas que integram o FDDI, para que seja retomada o debate sobre a composição da Comissão Nacional de Política Indigenista, visando a construção de uma instância governamental mais adequada, considerando a diversidade política governamental, indigenista e étnica dos povos indígenas, assegurando ampla participação de seus representantes na articulação, acompanhamento e avaliação das ações administrativas do poder público que lhes dizem respeito.

O FDDI pondera ainda, sobre a relevância de se garantir uma nova oportunidade para a reflexão serena e equilibrada sobre aspecto delicado relacionado à criação de uma inédita experiência na condução da política indigenista oficial, reconhecendo comportar dificuldades que recomendam análises e considerações das variadas partes envolvidas, de forma que esta oportunidade comece com boas perspectivas.

As lideranças e o Fórum propõem, assim, realizar uma nova reunião com o GTI na manhã do dia 03 de outubro de 2005, em local a ser indicado por V. Excia.

Os custos de deslocamento e estadia das lideranças indígenas serão cobertos pela articulação do FDDI.

Até aqui a mensagem ao GTI.

Com a proposta de realização de uma nova reunião com o GTI, o FDDI propõe a realização de um Seminário entre o Fórum e as lideranças, antes da reunião com o GTI, para tratar principalmente da composição da Comissão Nacional de Política Indigenista, mas também para discutir sobre a conjuntura nacional e da política indigenista e as estratégias que índios e entidades de apoio deverão adotar daqui para frente, até 2006.

Este Seminário, caso o GTI concorde com a realização de uma nova reunião no dia 3 de outubro, seria realizado nos dias 30 de setembro, 1 e 2 de outubro de 2005 (6ª feira, sábado e domingo), no Centro de Formação Vicente Cañas, do Cimi, em Luziânia.

Como a efetivação desta proposta implica em custos, o FDDI consulta as entidades que integram o Fórum, sobre a possibilidade de se cotizarem para custear o deslocamento das 16 lideranças indígenas que têm acompanhado as reuniões do GTI, para Brasília e seu retorno, bem como sua manutenção?

Em consequência, solicitamos que as entidades se manifestem o quanto antes sobre a consulta acima, bem como sobre o encaminhamento decidido na última reunião.

Brasília, 20 de setembro de 2005.